

AFINAL, A MÁ MÃE EXISTE? ANTROPOLOGIAS, NARRATIVAS GERACIONAIS E DESVIOS

ROSAMARIA GIATTI CARNEIRO¹

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a figura da mãe que é considerada desviante e divergente, de modo a descrever as moralidades que informam essa ideia e em como a mesma pode ser alterada ao longo dos tempos e dos espaços. Para isso, recupera narrativas de quatro mulheres brasileiras bem diferentes entre si quanto à geração, raça/cor, residência e classe social, que foram coletadas durante 2020–2021, por meio de encontros remotos, dado o isolamento social por conta da pandemia da Covid-19. Interessa-me explorar as práticas das mães que fogem, abandonam, agridem, faltam e esquecem e as ideias que suas filhas fazem dessas ações, a fim de refletir sobre o lugar social das mulheres e das mães ao longo das gerações, seus desvios e consequências para a compreensão do mundo social, sobretudo, no que tange ao cuidado, gênero, culpa e afetos. Para, no limite, nos questionarmos sobre a construção dessa figura materna que rompe, no quanto e em como ela existe como pessoa e ideia socialmente ventilada.

PALAVRAS-CHAVE

Maternidades; Desvio; Gerações; Antropologia; Moralidades.

AFTER ALL, DOES A BAD MOTHER EXIST? ANTHROPOLOGIES, GENERATIONAL NARRATIVES AND DEVIATIONS

ABSTRACT

This article aims to reflect about the figure of the mother, which is considered deviant and divergent, in order to describe what informs this idea and how it can change over time and space. To do this, it recovers narratives from four very different Brazilian women, which were collected during the years 2020–2021, through remote meetings, given the social isolation due to the Covid-19 pandemic. I am interested in exploring the practices of mothers who run away, attack, miss and forget and the ideas that their daughters make of these actions, in order to reflect on the social place of women and mothers over the generations, their deviations and consequences for understanding the social world, especially with regard to care, gender, guilt and affections. To ultimately question ourselves about the construction of this maternal figure that breaks, how much and how she exists as a socially ventilated person and idea.

KEYWORDS

Motherhood; Standard deviation; Generation; Anthropology; Moralities.

APRES TOUT, UNE MAUVAISE MERE EXISTE-T-ELLE ? ANTHROPOLOGIES, RECITS GENERATIONNELS ET DEVIATIONS

RÉSUMÉ

Cet article cherche à réfléchir sur la figure de la mère, considérée comme déviante et divergente, afin de décrire ce qui nourrit cette idée et comment elle peut évoluer dans le temps et dans l'espace. Pour ce faire, il récupère les récits de quatre femmes brésiliennes très différentes, qui ont été recueillis au cours des années 2020–2021,

¹ Professora da Universidade de Brasília (UnB). Co-coordenadora do Grupo de Pesquisa CASCA – Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva. Email: rosacarneiro@unb.br.

grâce à des réunions à distance, compte tenu de l'isolement social dû à la pandémie de Covid-19. Je m'intéresse à explorer les pratiques des mères qui fuient, abandonnent, attaquent, manquent et oublient et les idées que leurs filles se font de ces actions, afin de réfléchir sur la place sociale des femmes et des mères au fil des générations, leurs déviations et conséquences pour la compréhension du monde social, notamment en ce qui concerne les soins, le genre, la culpabilité et les affections. Pour finalement s'interroger sur la construction de cette figure maternelle qui casse, combien et comment elle existe en tant que personne et idée socialement aérée.

MOTS-CLÉS

Maternités ; Détours; Générations; Anthropologie; Moralités.

DESPUÉS DE TODO, ¿EXISTE UNA MALA MADRE? ANTROPOLOGÍAS, NARRATIVAS GENERACIONALES Y DESVÍOS

RESUMEN

Este artículo busca reflexionar sobre la figura de la madre, considerada desviada y divergente, para describir las moralidades que informan esta idea y cómo puede cambiar en el tiempo y el espacio. Para ello, recupera narrativas de cuatro mujeres brasileñas muy diferentes, que fueron recopiladas durante los años 2020–2021, a través de encuentros remotos, dado el aislamiento social por la pandemia de Covid-19. Me interesa explorar las prácticas de madres que huyen, abandonan, atacan, extrañan y olvidan y las ideas que sus hijas hacen de estas acciones; para así reflexionar sobre el lugar social de las mujeres y madres a lo largo de las generaciones, sus desviaciones y consecuencias para la comprensión del mundo social, especialmente en lo que respecta a los cuidados, el género, la culpa y los afectos. Para en definitiva interrogarnos sobre la construcción de esa figura materna que rompe, cuánto y cómo existe como persona e idea socialmente ventilada.

PALABRAS CLAVE

Maternidades; Desvíos; Generaciones; Antropología; Moralidades.

NOTAS INICIAIS

Durante os últimos quatro anos, tenho me dedicado a refletir sobre as relações entre mães e filhas, em como estabelecem os seus vínculos de parentesco, a partir do que Tania Miller (2006) chama de “experiência disruptiva”: tornar-se mãe². A ideia tem sido analisar como o nascimento dos filhos e também netos pode alterar os desenhos de família até então existentes entre tais mulheres, que se tornam mães e avós ao mesmo tempo, sem deixarem, no entanto, de serem filhas e também mães.

O trabalho de campo foi realizado com intensidade durante 2020 e 2021, de maneira remota, por meio de entrevistas feitas à distância por instrumentos tecnológicos de aproximação como *Skype* e *Zoom*, dada a pandemia da Covid-19. Estive em encontros com mulheres das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil, em sua maioria brancas, de camadas médias e portadoras de sinal de internet que nos possibilitou o diálogo, mas com algumas que também fugiram desse grupo. Essa não era a ideia inicial, mas com o isolamento social, foi o que se tornou possível. Em 2022 e 2023, a pesquisa foi, posteriormente, atravessada pela literatura que versa nacional e internacionalmente sobre as relações entre mães e filhas, bem como por imagens artísticas que se dispuseram a pensar sobre o tema também dentro e fora do Brasil, seja através do cinema ou da fotografia.

Interessava-me compreender como essas mulheres, de uma mesma família, mas de gerações diferentes, haviam gestado, parido, amamentado e maternado seus filhos; quais os ideários, as pessoas e as fontes de dados que informavam suas práticas; qual a leitura que faziam da maternidade e qual foi o papel de sua mãe no início de sua maternagem. Em campo, apareceram os conflitos familiares, as rupturas e as aproximações entre avós, mães e filhas, bem como o discurso médico, religioso, da saúde e os feministas. Estive às voltas com a teoria antropológica sobre o fazer família, sobre as emoções e as noções mais contemporâneas do parentesco (Carsten, 2014).

No contato com essas mulheres me dei conta de que a noção de “mãe carinhosa” que carregavam era atravessada por questões econômicas e projetos políticos bastante particulares e diferentes de geração para a geração, no que chamei de uma “economia-política dos afetos” (Carneiro; Maluf, 2023). Desse modo, escrevi sobre “mãe carinhosa”, aquela que, por assim dizer, se conforma a um ideário moderno da figura materna (Badinter, 1985), constatando que o carinho, no entanto, poderia advir de diferentes lugares da vida social e das tramas que as uniam, bem como contar com diferentes significados e dimensões.

² Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do processo nº 315744/2020-0, na modalidade de Bolsa Produtividade Linha-2 concedida à pesquisadora entre 2020–2023.

Nessa oportunidade, entretanto, quero escrever sobre o seu avesso: sobre as narrativas que trouxeram a mãe que é má, que não gosta de exercer esse papel, que talvez tenha se arrependido, abandonado, faltado ou maltratado sua filha. Nesse sentido, o presente artigo versará sobre a mulher que não corresponde ao ideal social de mãe e, assim, explora como se configura a *mãe que é má* ao longo de e entre diferentes gerações, ainda que entre mulheres de uma mesma família. Enfim, pretendo dar vazão às seguintes reflexões: quais são as características socialmente atribuídas às más mães? O que pensam e como vivem as filhas dessas más mães, quais são os seus afetos e como isso desenha a sua própria maternidade? O que seria uma má mãe ou uma mãe que desvia?

As histórias contadas pelas mulheres com quais estive foram consideradas à luz dos estudos antropológicos sobre a narrativa, sobretudo, os que a tomam como uma “forma de interpretação da experiência individual e coletiva e como veículo de sentido” (Maluf, 1993, p. 69). Nesse sentido,

[...] o interesse antropológico que despertam essas narrativas não se circunscreve aqui à identificação da estrutura do discurso ou das formas de comunicação (e de interação) entre os interlocutores. O que me interessa é, de um lado, pensar a variedade e a riqueza observadas como parte de um processo ao mesmo tempo subjetivo e social e, de outro, o exame da situação de enunciação ou de performance e da própria narrativa em sua totalidade. O objetivo é buscar os sentidos, os significados da narrativa e da situação narrativa (interpretar não somente **o que foi dito, mas o que foi dito nesta situação precisa**), buscando inseri-los no contexto mais amplo de itinerários pessoais e coletivos (Maluf, 1999, p. 75, grifos meus).

Para Sônia Maluf, cujos trabalhos sobre narrativas de embruxamento na Barra da Lagoa em Florianópolis (1993) e depois narrativas terapêuticas e espirituais de adeptos do Movimento da Nova Era (1999) me inspiraram muito, a particularidade da leitura antropológica das narrativas reside justamente no fato

[...] de focar duas direções complementares. Inicialmente, é preciso pensar a narrativa como produto de uma multiplicidade de interferências, das quais algumas aparecem no próprio contexto de sua enunciação. Isso nos remete à noção de multivocalidade e, portanto, a uma leitura que saiba escutar as múltiplas vozes que se exprimem no interior da narrativa. Em outros termos, conforme escreveu Boltanski (1982, p. 23), é preciso ter uma “percepção sincrética do que é dito” (Maluf, 1999, p.76).

Nesse sentido, ao analisar as narrativas sobre as “más mães”, busquei valorizar suas histórias pessoais e familiares, entendendo os seus processos de subjetivação. Também me vi a todo tempo tentando refletir sobre as moralidades que informavam e informam as nossas experiências de maternidade e maternagem na atualidade, em um franco exercício antropológico, também no sentido de descrever a confecção do parentesco e da família na contemporaneidade. Com esse objetivo, retomarei minhas notas de campo dos últimos anos (2020–2023), as entrevistas remotas realizadas e um longa-metragem português de 2023, recentemente exibido no Brasil, que versa exatamente sobre esse assunto.

MAL VIVER (2023)

No longa-metragem português de João Canijo, nos vemos diante de cinco mulheres que vivem e trabalham em um hotel grandioso, mas decadente e vazio. Três delas são proprietárias: Sara, Piedade e Salomé. Avó, Mãe e Filha. Ou Mãe, Filha e Neta. Piedade é uma mulher de mais de 40 anos, bonita, mas muito calada e introspectiva, parece viver em um mundo próprio. Faz tudo com muito vagar e repetidamente: levanta-se cedo todos os dias e nada rapidamente na piscina do hotel. Ela aparece sempre muito bem vestida, mesmo que ali também viva e trabalhe. Ela cuida de uma cachorrinha chamada *Alma*. Vive com a cadela em seus braços e por ela parece externar bastante preocupação. Inclusive, muito mais pela cachorra do que por sua filha, que logo chega ao hotel para morar.

Piedade só parece surpresa quando sua filha Salomé, chega ao hotel, depois da morte de seu pai. Desestabilizada, parece não saber como se comportar e talvez estivesse um tanto incomodada com sua presença. Salomé aparenta ter 25 anos e foi trazida por sua avó, Sara. A mãe de Piedade só entra em cena quando introduz a neta para sua própria filha e lhe pede que esvazie o quarto que está a ocupar, pois Salomé ficará com ele.

Salomé tenta se aproximar da mãe em inúmeras situações, mas a mesma sempre se retrai. Quando a filha entra na piscina para dividirem o espaço, Piedade logo sai e lhe diz que é proibido entrar sem touca. Coloca a touca na filha e segue com a cachorra. Depois, enquanto assiste televisão, a filha tenta colocar a cabeça em seu colo, mas a mãe se recusa a aceitar. Parece incomodada com tais situações de proximidade. Piedade não a escuta e não quer saber da filha. Salomé chora e lhe pede para que procure saber como ela está, como foi perder o seu pai e acompanhá-lo até o final de sua morte. Mas, ainda assim, nada acontece. Salomé a agride e clama por carinho. Mas Piedade não quer e não parece saber por onde começar.

Piedade procura sua mãe, Sara, no meio da noite, pois não consegue dormir. Parece uma menina assustada. Sua filha Salomé a inquieta. Ela diz para a mãe: “Ela me olha de um jeito que me incomoda. Eu não sei o que fazer”. Ela pede para deitar-se do lado da mãe. Sara diz para deixar espaço, pois quer esticar as pernas. Elas começam a discutir diante do desamparo e angústia que Piedade sente por conta da presença de Salomé. Ela diz que não suporta o jeito que a filha lhe olha. A mãe perde a paciência e diz que ela precisa se responsabilizar. De repente, Sara passa a bater e ofender rispidamente Piedade. Ela a agride fisicamente, enquanto Piedade só chora diante da reação da mãe. Sara sai furiosa de seu quarto. Enquanto isso, Salomé escuta tudo e vê a mãe ficar sozinha e desolada no quarto da avó.

Piedade não consegue se aproximar de Salomé e tampouco Sara de Piedade. São mulheres portuguesas, de camada média, vivendo uma crise econômica. Mulheres de

gerações diferentes. A avó consegue oferecer o afeto desejado e o amparo doméstico para a neta desolada pela morte do pai. Mas as figuras maternas deixam a desejar no quesito carinho socialmente esperado. Não existem abraços, beijos e tampouco afago; nem mesmo partilha. Mas também não existe indiferença, já que parece haver um desassossego em ser mãe, um não querer maternar, ao ponto da obra ter um desfecho bastante trágico e inesperado que reitera essa leitura da mãe que desvia, que rompe com o esperado.

JOÃO PESSOA (2020–2021)

Ela me batia, pois eu tinha pelos dourados e ela me dizia que eu ia ser puta.
Essa era minha mãe (Notas de campo, abril de 2020).

Essa figura da mãe desviante, da mulher que foge ou rompe com as expectativas da boa mãe, apareceu muitas vezes durante a minha pesquisa de campo no primeiro ano da pandemia. Em 2020, eu vivia em João Pessoa, Paraíba, mas de lá dialoguei com mães e filhas de diferentes regiões do Brasil. Bernadete foi uma delas. Uma mulher de quase 80 anos, que sempre viveu no Rio de Janeiro, havia trabalhado como psicóloga organizacional, mas estava aposentada. Ela teve duas filhas. Era uma mulher branca, de camada média, que carregava muitas lembranças de sua mãe e de sua avó, que sempre havia vivido na Zona Sul da capital e que estava envelhecendo na região serrana fluminense.

Na narrativa de Bernadete, sua mãe foi uma mulher violenta, agressiva, de forte temperamento, sem muita relação com seu corpo e nada afetuosa com os filhos. Uma mulher muito dura, que gostava de debates políticos e de realizar as tarefas de casa com perfeição. Bernadete se lembra de quando a mãe teceu fio-a-fio uma peruca de carnaval para sua irmã e que, segundo ela, “ficou um primor”. “Ela fazia tudo muito bem feito, tinha que ficar perfeito”. Bernadete se lembrava de que sua mãe havia lhe dito que ela tinha nascido para ser infeliz e que faria os demais também infelizes, em uma conversa extremamente cruel.

Sua casa estava sempre muito limpa, mas a relação com seu marido era, aos olhos da filha, bastante distante e fria. Na verdade, a mãe mandava no pai, enquanto ele permanecia calado diante de seus destemperos. Da narrativa de Bernadete, pode-se depreender que, aos seus olhos, a mãe gostava de viver o mundo público, a vida fora da casa, justamente aquela que não tinha muito, e que se preocupava muito com o que as pessoas iriam dizer e pensar a seu respeito. Considerando a idade de Bernadete, posso dizer que sua mãe teve filhos por volta dos anos de 1940, daí inclusive o seu interesse pelas reuniões do Partido Integralista e dos debates militares que aconteciam à época no Brasil.

Quando minha mãe descobriu que um dos meus irmãos era homossexual, ela ficou muito furiosa. Ela arrancou a orelha do meu irmão. Pingava sangue. Eu pedi: “Não mata o Gustavo, não. Vovó que iniciou o Gustavo nas artes do sexo”. Eu tive que contar para ela,

pois meu irmão havia me contado. Ela rasgou as fotografias da minha avó. Ela tinha horror da mãe dela.

Eu soube por ela mesma que ela morreu não orgástica. Ela dizia que papai tinha ejaculação precoce. Ela era muito dura. Não havia algo que ela fizesse que não fosse perfeita. Mas emocionalmente era uma zero à esquerda (Bernadete, entrevista virtual, maio de 2020).

O conservadorismo da mãe de Bernadete parecia encontrar guarida no campo político, mas também em uma forte moral sexual, de repressão à homossexualidade e satisfação pessoal com o próprio corpo. Entretanto, ainda assim, mesmo com todas as violências sofridas e a personalidade que descrevia da mãe, Bernadete se compadecia da vida dela, lamentando: “Mamãe foi uma pessoa muito problemática. Coitada!”.

Catarina, assim como Bernadete, era uma mulher branca, de camada média, mãe de duas filhas e moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro. Ela tinha, em 2020, por volta de 60 anos, era socióloga e funcionária pública. Era um tanto mais jovem do que Bernadete e, diferentemente, teve uma mãe engajada no Partido Comunista, totalmente alinhada aos debates da esquerda brasileira entre 1960–1970. Catarina nasceu na França por conta do trabalho de seu pai, mas viveu por um tempo em um abrigo para crianças. Ela não tem memórias sobre isso, mas soube através de cartas da família. Em nossa conversa, comentou que sua mãe não gostava de falar muito sobre essa fase, mas que isso aconteceu em virtude de seu pai ter adoecido severamente enquanto lá viviam.

*Minha mãe sempre foi uma mãe muito rejeitadora. Ela estava o tempo todo desprezando a condição de mãe. Ela era muito **anti-mãe**. Nunca deu valor ao parto, gestação e amamentação. Ela achava tudo isso muito burguês (Catarina, entrevista virtual, maio de 2020, grifo meu).*

A mãe de Catarina é descrita por ela como uma mulher aventureira, de muitos amores e de grande liberdade, características sustentadas pela figura de sua avó materna. “Minha avó ajudava muito a minha mãe. Minha mãe teve que se esconder no golpe militar e minha avó sempre foi um suporte grande. Não havia muitas tensões” (Catarina, entrevista virtual, maio de 2020). Em sua narrativa, a todo tempo, paira a queixa de mãe ausente, que não se importava muito com as filhas ou com as tarefas de cuidado tidas como maternas, que simplesmente ia conforme o movimento da vida e suas escolhas, deixando suas filhas com sua mãe. Talvez daí possamos depreender a sua ideia da mesma ter tido posturas e ter sido uma “anti-mãe”. Catarina a considerava uma mulher “autocentrada”, da mesma forma que havia sido a sua bisavó, mãe da avó materna que lhe dava tanto suporte. “Ela foi jornalista e advogada. Foi intérprete e tradutora. Musicista. Cantou e teve uma banda de música medieval. Foi também pesquisadora do CNPq sobre música medieval” (Catarina, entrevista virtual, maio de 2020).

De suas palavras, saltava a leitura de que a mãe se ausentava, pois contava com sua avó na linha de frente dos cuidados com as filhas pequenas. Sua mãe se casou várias vezes,

viajou muito e teve experiências diversas, enquanto suas filhas ficavam na casa da avó, sem que isso fosse ponto de tensão entre sua avó e sua mãe.

A minha mãe era muito autoritária. Não podia ver televisão, pois era burguês. Era uma mulher de esquerda e do Partidão. Cheia de regras. Minha irmã repete isso com seus filhos, não pode comer doce, não pode ver televisão ou ver tela ... isso cria conflitos. Devo ter feito isso, mas com outros marcadores. Eu acho que as crianças precisam ser mais livres. Pode pegar doce de leite na geladeira. Não demonizar a tela. Tem muita contradição. Gera tensão, pois vemos muitas coisas duras. Mas envelhecemos e amolecemos (Catarina, entrevista virtual, maio de 2020).

Desde sua perspectiva, sua mãe figura como uma mulher livre, mas também refém de certos ideários sociais, sendo assim quase tão dura quanto a mãe de Bernadete, ainda que ocupantes de espaços ideológicos tão diversos e certamente antagônicos. Mas Catarina, ao contrário de Bernadete, não consegue lamentar por sua mãe.

Susana era uma mulher parda, nordestina, casada, estava com 36 anos e era agente penitenciária quando fizemos nossa primeira conversa numa sexta-feira à noite, depois das crianças dormirem. Ela vivia no bairro do Mangabeira, em João Pessoa, mas sua família era do interior da Paraíba. À época, tinha um filho de três anos. Ela vinha de uma família de classe popular que havia conseguido ascender socialmente. Susana narrou, em muitos momentos, a solidão e a depressão que sentiu quando seu filho era ainda muito pequeno e não tinha com quem contar. Estava falando, sobretudo, das mulheres de sua família, sua mãe e avós, que foram consideradas duras, silentes e distantes dela fisicamente e emocionalmente.

A minha avó tinha um problema sério com alcoolismo. É muito comum no interior da Paraíba beber. Minha mãe que levava, aos dez anos, os irmãos para registrar no cartório, quando nasciam. Ela sempre cuidou dos irmãos, pois a mãe dela, quando não estava na lavoura, estava bebendo muito e brigando muito. [...] Convivi muito pouco com minha avó materna.

Ela teve todos os filhos normais (parto). Ela teve gêmeas que morreram com três meses de tuberculose. Ela paria em casa e, com dois ou três dias, minha mãe pegava os bebês e ia na mula registrar. Minha mãe trocava os nomes e registrava com os nomes que ela tinha escolhido. [...] Minha mãe fala pouco dessa minha avó (Susana, entrevista virtual, maio de 2020).

Em seu relato, aparece a pobreza e a desigualdade social, a ausência de transporte, o alcoolismo, as mortes evitáveis e o trabalho duro na lavoura. Uma vida bastante diferente da anunciada por Catarina e Bernadete, que vivem no Sudeste do país. A dureza da vida de Susana vinha de suas relações interpessoais que eram atravessadas também pela miséria social. Durante a nossa conversa, era o marido de Susana quem aparecia como seu esteio físico e emocional.

Quando ela ficou grávida, imaginou que a mãe a ajudaria a tomar conta de seu filho, mas isso não aconteceu. Sua mãe aparecia de vez em quando em sua casa, e não a ajudou quando atravessou uma longa e profunda depressão. Ela se recorda de que, quando estava para parir, sua mãe lhe perguntou: “Como você vai fazer cesárea, quem vai te ajudar? Eu

esperava que fosse você. Ela dizia: Eu não! Eu não sei mais segurar menino pequeno não!” (Susana, entrevista virtual, maio de 2020).

A ausência física e o suporte emocional de sua mãe durante o puerpério foram queixas recorrentes. Mas, ainda assim, Susana tentava compreender a dureza materna à luz das dificuldades de sua vida e da pobreza da mãe, bem como a partir de como sua mãe havia sido criada pela avó alcoólatra.

Deise, de 33 anos, era uma mulher branca, também moradora do Mangabeira, João Pessoa, era uma mulher de classe popular, mãe de três filhas e, na época de nossa conversa, estava como dona de casa. Ela, assim como as demais, também se queixava da mãe que fugiu de suas expectativas, sobretudo, quando ela própria se tornou mãe. Deise havia tido duas cesáreas, quando engravidou novamente e decidiu arduamente viver um parto natural. Para isso, decidiu dar à luz em casa, com o apoio do marido. Mãe de três meninas pequenas, enquanto conversávamos, respondia e amamentava uma ou outra. Desabafou que gostaria de ter se planejado melhor e ter concluído os seus estudos antes de ser mãe, pois agora, com as três meninas pequenas, não consegue voltar a estudar. Disse que pretendia em breve fazer um concurso e retomar sua vida profissional. Ela se dedicava total e exclusivamente às meninas, enquanto o marido trabalhava fora. Sobre a relação com sua mãe, fazia questão de dizer que ela nunca a auxiliava, que havia até desistido de pedir.

Na terceira gestação ela veio, no dia que eu avisei que o bebê tinha nascido. Ela estava na casa do namorado dela e simplesmente disse assim: olha, eu acabei de chegar na casa do meu namorado, eu não posso ir agora. Foi uma situação até chata, meu esposo não gostou e eu fiquei assim chocada. Porque eu disse: Meu Deus do Céu, como pode uma coisa dessas? Porque se fosse outra pessoa, teria dito assim: minha filha, eu não tenho dinheiro agora, acabei de chegar em outro local, mas manda um táxi, um uber, que eu vou. Mas a reação dela foi totalmente diferente (Deise, entrevista virtual, maio de 2020).

Para além da avó não ter ido visitar a neta recém-nascida, não ter feito festa e tampouco ter ido ajudar, Deise guardava uma mágoa grande da mãe, pois a mesma nunca havia acreditado em sua capacidade de parir naturalmente, já que nunca a havia incentivado a tanto e que, bem ao contrário, dizia que a filha não conseguiria, pois ela mesma não havia conseguido.

Olha, ela amamentou, pouco tempo, tanto eu como o meu irmão. Ela passou por cesarianas e sempre acreditou que eu também seria cirurgiada, né? Ela sempre dizia: ah, a Deise nunca vai ter um parto normal! Deise é muito mole! Deise não sei, o quê?! Ela debochava. Como foi uma limitação que ela viveu, ela queria impor a mim. Era esse sentimento que eu tinha, quando ela falava isso, sabe? [...] Então, quando eu engravidei pela primeira vez, ela sempre falava isso. Inclusive indicou o médico dela, que fez a cesárea dela, para que me acompanhasse. Eu, muito leiga na época, fui pra esse obstetra e cáí mesmo numa cesariana. Da primeira gestação. [...] Mas eu não tenho muitas recordações de ensinamento dela de nada, sabe? Tudo eu aprendi lendo sozinha ou na escola. Ela nunca chegou para conversar comigo e dizer: olhe, minha filha, é assim, assim, assim ... a menstruação é assim, assim. Ou sobre sexo, nada. [...] Ela nunca chegou pra conversar nada; zero conversa (Deise, entrevista virtual, maio de 2020).

As mães de Susana e de Deise não condiziam com a figura da avó dedicada,

amorosa, acolhedora e tampouco da mãe que dá suporte para a filha. Enquanto uma dessas avós disse, logo de saída, que não ia cuidar do neto que nem mesmo havia nascido; a outra desencorajava a filha a parir como queria e, quando a neta nasce, não vai nem mesmo visitá-la. São situações que, no mínimo, destoaram do esperado pelas filhas e também do socialmente aceitável ou recomendável, bem como das redes de comadrio e de cuidado, esperadas pelas e entre as famílias de camadas populares de maneira ainda mais intensa. Nesse caso, sobretudo, nas camadas populares, em que, por conta da desigualdade social, pobreza e monoparentalidade que caracterizam o Brasil, as mulheres tendem a ajudar umas às outras: avós ajudam as filhas e as netas, assim como tias, madrinhas e vizinhas (Fonseca, 2002).

ENTRE ELAS: A MÁ MÃE

De maneiras diversas e em tempos diferentes, essas narrativas nos apresentam mulheres que parecem não querer ser mães como o esperado. Esse tema não é novidade, penso eu, em nenhuma cultura e tampouco tempo. O que se transforma, entretanto, são as ideias que informam essa figura, que está longe de ser uníssona, homogênea ou singular: a da mãe desviante. Essa mãe pode aqui ser compreendida a partir daquela que falha propositadamente, da que desaparece, da mãe que se ausenta, da que não corresponde às expectativas do cuidado, de atenção e de parceria junto das filhas. Em que pese as filhas não as chamarem de más mães, salientam em suas histórias que suas expectativas foram frustradas e que as entendem como tipos de violências e/ou ausências que marcaram suas vidas. De outra parte, essas mulheres que não maternaram conforme o esperado socialmente e que se distanciaram do ideário da mãe dedicada, abnegada e feliz, foram concebidas como mães que destoam: desviantes ou fora do padrão, não somente em suas narrativas, mas também como discurso social atualmente operante.

Vários estudos já versaram sobre a figura da má mãe, daquela que escapa das representações idílicas, ocidental e moderna, ou seja, da mãe abnegada, presente e dedicada. Fonseca (2012a) aborda a figura da “mãe abandonante” como justificativa para que a criança fosse dada em adoção, quando essas mães eram, muitas vezes, menores e meninas sem amparo social para maternagem ou mães de crianças geradas em relações extraconjugais em que os homens, ao saberem da gestação, haviam lhes abandonado. O interessante é que a ideia de abandono funciona bem para justificar a má mãe ou a “mãe abandonante”, mas não para refletirmos sobre o abandono social, conjugal e emocional que essas mulheres suportam ao engravidarem. Para retirar a criança das mãos das mães é preciso negativar a sua pessoa, desconstruí-la e, para isso, as moralidades maternas e de gênero, como bem salienta a mexicana Cristina Palomar Vereá (2004), funcionam muito bem.

Em “*Malas madres: la construcción social de la maternidad*”, a autora assim assevera:

Respecto a los estereotipos, encontramos primero la idea de “La Madre”, esa representación ideal, abstracta y generalizadora que motiva los monumentos, las loas y los refranes (“madre sólo hay una”, etc.) y que encarna la esencia atribuida a la maternidad: el instinto materno, el amor materno, el *savoir faire* maternal y una larga serie de virtudes derivadas de estos elementos: paciencia, tolerancia, capacidad de consuelo, capacidad de sanar, de cuidar, de atender, de escuchar, de proteger, de sacrificarse, etc. A partir de esta Gran Matriz representacional, se producen dos otros estereotipos: las “buenas madres” y las “malas madres” que, en términos generales, nacen del grado de acercamiento o de alejamiento a esa primera idea de “La Madre”. Es importante notar que esta representación, aunque incluye el sobreentendido de que “La Madre” es una mujer, no incluye la idea de persona, ni la de ser humano. Como si toda la subjetividad de quien cumple la función materna se redujera a ser madre (Verea, 2004, p. 16).

Ao estudar as mulheres mães que estão presas e as internadas em hospitais psiquiátricos, Vereá (2004) entende que a maternidade não pode ser considerada, em si, má ou boa, haja vista ser um construto social decorrente do sistema de gênero operante e da ideia que o mesmo carrega sobre a figura da mulher. Nesse sentido, a má mãe figura, em suas linhas, como a mulher que foi mãe sem o desejar, mas também aquela que se tornou mãe carente de apoio econômico, emocional e social, sem a presença do Estado e da sociedade em seu cotidiano de cuidados.

Em “*Subversivas: Malas madre y familias desnaturalizadas*” (2015), Sabina Regueiro descreve como o discurso conservador e familista da ditadura militar argentina serviu de argumento para retirada de crianças de suas mães, tidas como terroristas e perigosas e, em última instância, como justificativa para a apropriação dessas crianças por parte dos militares. Segundo ela,

Estas mujeres definidas como “terroristas” fueron consideradas “malas madres” que “abandonaban” a sus hijos/as y los ponían en “peligro”. La finalidad de la apropiación era evitar la herencia de sus “males”, la reproducción social de la “subversión” a través de una mala crianza, y los actos futuros de “venganza” de sus hijos/as (Regueiro, 2015, p. 425).

Partindo dessa premissa, era necessária uma “ortopedia social”. A família como instituição suprema deveria ser salva e protegida de uma infiltração subversiva, considerada uma “doença social” e isso amparava a intervenção do Estado na vida privada e, como exemplo, na retirada forçada de crianças de seus núcleos familiares. Quanto às leituras das mulheres que lutavam contra a ditadura, a autora assim assevera:

Las mujeres eran “malas madres”, malas amas de casa, malas esposas (Calveiro, 1995) porque desconocían su esencia femenina al volcarse a la actividad político-militar en vez de quedarse en su casa (Álvarez, 2000). Puede observarse que dentro de la categoría de “subversivo”, se asocia la militancia directamente a la participación en la guerrilla, a la lucha armada, y la “guerra” o lo guerrero se vincula con lo masculino. Violar la “esencia” femenina es lo que puede remitir a la idea de “desnaturalización”, de contradicción de una naturaleza en las “malas madres” (Regueiro, 2015, p. 437).

Dessa forma, assim como narrado por Fonseca (2012a; 2012b) quanto à construção da “mãe abandonante” como motivo para adoção, no caso argentino, durante a ditadura, a

mãe rebelde, tida como subversiva, era a má mãe da qual a criança precisava ser salva e, portanto, motivo para sua apropriação por parte dos militares e retirada das famílias de origem. Em ambos os casos, a mãe precisa ser criticada e desconstruída para fundamentar a separação de seus filhos por meio de uma intervenção estatal. E assim, as mulheres mais uma vez são consideradas como as responsáveis pelo fracasso de um projeto moral de família e sociedade e suas ações se tornam o solo a partir do qual se edificam as intervenções sociais. No limite, a figura da má mãe precisa ser construída e fundamentada para que outros modelos de família passem a vigor e funcionar. Em minha pesquisa, as mulheres foram consideradas “más mães” por suas próprias filhas. Estas, entretanto, foram informadas por essas moralidades que ditam na atualidade o que é ser uma “boa mãe”.

A mãe de Bernadete é uma mulher que se tornou mãe nos idos de 1940, uma geração de mulheres, como pontuaram os estudos de Myriam Lins de Barros (1987) e Maria Isabel Mendes de Almeida (1987), dedicadas à família e à casa. Conforme suas etnografias, feitas também no Rio de Janeiro na década de 1980, seriam as mulheres sem educação formal, que tiveram no casamento o seu projeto de vida e que sempre dependeram financeiramente dos filhos e dos maridos. Elas tinham pouca liberdade sexual e viviam em casamentos que eram sustentados a qualquer custo. E que quase nada questionaram sobre a maternidade compulsória.

Nesse caso, a mãe de Bernadete se assemelha a essa descrição, salvo por sua expressa insatisfação diante desse seu lugar. Uma mãe violenta e preconceituosa, por muitas vezes, uma mãe má que batia nos filhos a ponto de arrancar sangue, descrita como agressiva e preconceituosa diante das escolhas sexuais de seus filhos. Ela parecia não caber no papel assignado e, ainda que não resistisse a ele, dizia para a filha ser mais do que mãe e dona de casa, sobretudo depois que suas netas nasceram. Era uma mulher conforme e totalmente desconforme ao modelo descrito nas etnografias citadas. Ela não cabia na roupa da mãe abnegada, mas talvez nem todas coubessem, ou esse modelo nem mesmo vigorasse naquele universo social e época, ainda que suas reações nos causem hoje espanto e um certo mal-estar.

Já a mãe de Catarina tornou-se mãe por volta de 1960, uma época de efervescência cultural e social, de resistências e movimentos de contracultura ao redor do mundo, depois de muita repressão social e policial. Um momento em que as mulheres passaram a ocupar mais postos de trabalho, puderam estudar e adquirir conhecimento, como bem se viu nos relatos de Catarina sobre sua mãe. Período em que as mulheres também adquiriram maior liberdade sexual, passaram a fazer uso da pílula contraceptiva e em que casamentos foram defeitos. Esse foi o momento da geração de mulheres que mais rompeu com uma moral sexual, conquistou o mercado de trabalho e ocupou lugares até então hostis, em meio a muita luta, rusga a resistência. Conforme conclusões de Barros (1987), essa foi a geração que

talvez mais tenha saído de casa e se dedicado menos à criação dos filhos, mas a que mais investiu nos estudos dos mesmos a fim de alcançarem uma maior mobilidade social.

Catarina me contou sobre os muitos estudos e liberdade de relacionamentos de sua mãe. Nesse sentido, penso que a mesma se assemelha a essa ideia de mulher de camada média vigente na época. Foram as mães que ganharam o mundo, mas seguramente as mais criticadas socialmente, justamente por passarem a ocupar espaços antes impensados e assim indagadas no que tange aos desenhos de sua figura materna. Foram as mães que deixaram os seus filhos, as que ocuparam o mercado de trabalho, estudaram e terceirizaram os cuidados, as que se separaram e questionaram as moralidades maternas. Talvez tenham sido, em contextos urbanos de camadas médias, as mais questionadas e tidas como más mães.

Já as mães de Susana e Deise tiveram suas filhas nos anos 1990, no Nordeste brasileiro, depois de terem migrado do interior para a capital. As duas mães eram funcionárias públicas e mulheres que haviam crescido profissional e economicamente, quando comparadas às suas mães e à vida do campo. Mulheres que vieram de camadas pobres da população e que, conforme trabalhos sobre a noção de pessoa na antropologia brasileira (Duarte, 1986), teriam uma tendência a priorizar as suas relações ou se reconhecerem a partir delas. Mas que, durante a minha pesquisa, em certa medida, romperam com essa expectativa, ao priorizarem suas vidas pessoais em detrimento da família de origem, filhas e netos. A mãe de Susana, desde a gravidez da filha, disse que não cuidaria do menino que nasceria. Já a mãe de Deise não foi visitá-la nem mesmo quando o bebê nasceu. Nas duas conversas, destacou-se a ausência da ajuda materna e da família de origem de cada uma dessas mulheres, pois elas contavam muito mais com seus companheiros: homens e cujo parentesco se estabeleceu legalmente e por afinidade.

Tomando os trabalhos de Tania Salem (2007) sobre o “casal grávido” entre as camadas médias cariocas e seus processos de individuação, entre leituras de sociedades individualistas e relacionais, a antropóloga constata uma aliança entre esposas e maridos nos anos de 1980, debaixo do manto da proposta “dois em um”. A ideia era a de que ambos se encontrassem nessa célula e a ela se dedicassem, priorizando o casal, a família nuclear, o casamento e a parentalidade como um projeto.

Ao atentarmos para as narrativas de Bernadete e Catarina sobre suas mães e, em seguida, sobre as suas próprias histórias, o casal não tem esse destaque, ainda que venham de camadas médias cariocas. Vemo-nos diante de separações, divórcios, casamentos de aparência e a ausência dos companheiros. As mulheres se destacam em suas redes de ajuda e comadrio familiares, entre avós, mães e tias, em uma noção de família estendida, geralmente feminina, ao redor daquela mulher mãe desviante. O pai de Bernadete simplesmente aceita o que sua mãe diz e impõe para a família; já o de Catarina nem mesmo aparece em sua narrativa, em que tanto a mãe quanto o pai são ausentes.

Enquanto que, nas famílias de Susana e de Deise, de camadas populares, em tese mais afeitas a uma perspectiva relacional de pessoa, ou seja, quando a noção de Eu deveria derivar de uma pertença social por vezes inclusive hierárquica e normativa (Duarte, 1986), vemos o avesso: o casal que se nucleariza ao redor do projeto filhos, a ruptura de laços com a família estendida e uma solidão entre eles, enquanto suas mães se apartam das famílias de origem e vão cultivar namoros ou a vida individual e pessoal, fugindo da ideia de avó entranhada na vida familiar. Por conta disso, assistimos a movimentos diversos nos contextos aqui analisados. Onde podíamos esperar um maior entranhamento familiar, acontece o desentranhamento e também vice-versa (Duarte, 2011). Diante dessas divergências, fico a refletir sobre o quanto a figura da mãe que desvia, em todos esses casos, pôde contribuir para que tais cenários e desenhos de família se configurassem?

A MÃE QUE DESVIA E A IMPORTÂNCIA DA GERAÇÃO *BISAGRA*

Gilberto Velho em “Divergência e Desvio: uma crítica da patologia social” (1999) busca romper com a noção de que o desviante seria o insano como oposição ao sano/são ou a regra a ser esperada. Dessa feita, questiona a ideia que o desvio seria sinônimo de anomia e de desordem, para tomá-lo como o que compõe a sociedade e que, para muito além disso, nos permitirá compreender ainda mais a sua complexidade e meandros. Nesse sentido, rejeita uma leitura funcionalista de sociedade e prioriza ou deriva de uma leitura do interacionismo simbólico. Para ele:

Becker, sobretudo com o tema do desvio, da rotulação, com a chamada “teoria da rotulação”, está lidando com a problemática indivíduo-sociedade. Na verdade, o que estamos falando é isso: há toda uma dimensão da Antropologia que trabalha com a problemática indivíduo-sociedade, as relações entre os indivíduos e as culturas das sociedades de que fazem parte. E como fazem parte? De que maneira fazem parte? Como o indivíduo é influenciado, marcado ou produzido por uma sociedade, uma cultura, vide os trabalhos de Louis Dumont, por exemplo. E a outra dimensão, como os indivíduos agindo socialmente constroem uma sociedade, transformam uma sociedade? É uma relação dialética. Você não pode pensar uma sociedade sem indivíduos, você não pode pensar em indivíduos sem sociedade. Este é o eixo central que permite essa aproximação entre várias linhas das ciências sociais: a antropologia e a sociologia, com a psicologia, especificamente com a psicologia social (Velho, 1999, p. 153–154).

Desse ponto de vista, escreve Howard S. Becker:

O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas sim uma consequência da aplicação por terceiros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é aquele a quem o rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam assim (apud Velho, 1999, p.155).

Histórias como as das mães de Bernadete, Catarina, Susana e Deise, nos causam estranheza, assim como as reações de Piedade e Sara do longa-metragem português que abriu esta reflexão. Em todos esses casos, há um desvio de comportamento. Os atos dessas mulheres nos causam desconforto, um certo constrangimento, quando não raiva ou

inconformidade. Como pode uma mãe não acolher uma filha recém-parida, que precisa de ajuda, que está deprimida ou que perdeu o pai? Como pode uma mãe arrancar sangue da orelha do filho porque ele é homossexual ou dizer que a filha vai ser puta, pois tem os pelos do braço dourados? Elas rapidamente poderiam ser consideradas más mães. Elas nos fazem nausear ou não cabem a priori na leitura social que temos carregado desde o advento da figura da mãe moderna ocidental.

Esse estranhamento decorre de “moralidades maternas” (Meyer, 2005; Meyer; Klein; Fernandes, 2012) que ditam socialmente o que devemos esperar das mães e também sobre como devemos maternar. Elisabeth Badinter (1987) diria que se trata do “mito do amor materno”, que surge com a sociedade moderna urbana ocidental e oferece balizas ao sistema econômico capitalista, que instituiu a noção de que a mãe deve ser abnegada e uma espécie de anjo consolador e calor do lar, impingindo às mulheres mães uma lógica de existencial sacrificial. Claudia Fonseca (2012a) também nos remete às moralidades e às “tecnologias maternas” como tecnologias de governo, a fim de que pensamos sobre como as políticas de Estado também desenham o padrão ouro de maternidade e, assim, criam e controlam práticas de cuidado com as crianças.

Essas são ideias que dão corpo à figura da “boa mãe” que, por sua vez, funcionam como o seu referente e a um só tempo também como o seu desvio. Adrienne Rich em *“Nacemos de mujer”* (2006) nos remete a díade *maternidade instituição x maternidade experiência* para que assim possamos compreender as origens da regra da maternidade que é instituída como tal socialmente, a partir de convenções arbitrárias e contextualizadas no tempo e no espaço. Mas que, uma vez instituídas, adquirem força coercitiva e intenso apelo moral, na medida em que definem e nomeiam aquilo que é desviante, que foge à norma e gera periculosidade social. Em nossos casos, aquelas mães que fogem da figura da mãe que ampara, acolhe, suporta e se sacrifica em nome dos cuidados com a prole.

Ocorre que a ideia de boa mãe oscila no tempo e no espaço e com ela também o que se compreende como uma má mãe ou como desviante. Em a *“História Social da Criança e da Família”* (1979), Philippe Ariès descreve como as crianças eram criadas nos feudos, de maneira solta e sob os cuidados de todos os que ali viviam. As mães não eram as únicas responsáveis por seus filhos, que tampouco eram considerados frágeis e preciosos como passaram a ser a partir da sociedade moderna. De outro lado, Rita Segato em *“O Édipo negro: dupla negação de gênero e de raça”* (2006) ressalta como no período vitoriano, a tarefa de amamentar não cabia às mães biológicas, mas sim às amas de leite. Os cuidados cabiam mais às mulheres negras do que às mulheres brancas, realidade essa que, vale ressaltar, pouco ou quase nada se alterou, ao olharmos para o cotidiano de cuidado de famílias abastadas contemporaneamente.

Historiadores descrevem como, especialmente a partir da revolução industrial, o afeto

começa a ser considerado como a base da vida familiar. Os filhos, encarados na época pré-moderna como mão-de-obra para a empresa familiar, segurança na velhice ou meio de perpetuação da linhagem, passam a possuir um valor, antes de tudo, afetivo. Da mesma forma, o amor romântico torna a caracterizar o matrimônio ideal, ditando a necessidade da “livre escolha” do cônjuge. Aqui, o valor central não é mais a linhagem ou o nome da família, a serem protegidos a qualquer custo (mediante o sacrifício, quando necessário, dos membros), mas, sim, a felicidade dos indivíduos (Ariès 1981, MacFarlane 1986) (Fonseca, 2002, p. 13).

Mas nem precisamos ir tão longe para compreender as oscilações da noção de boa mãe e, por consequência, também da mãe desviante. Os estudos das antropólogas Barros (1987) e Almeida (1987) já mencionadas, quatro décadas atrás, ao historicizarem as práticas de maternagem de três gerações de mulheres cariocas, descrevem que ser uma boa mãe pode oscilar entre oferecer o asseio, a comida, a casa organizada e a roupa lavada, mas também em oferecer suporte para que as filhas, por exemplo, estudassem e conquistassem o mercado de trabalho, rompendo com o ciclo hermético da vida doméstica.

Myriam Lins de Barros em “Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira” (1987), separa as gerações de mulheres de uma mesma família em: “primeira geração”, “geração intermediária” e “geração mais jovem”, tipologia que também utilizamos neste artigo. Segundo a antropóloga, a “primeira geração de mulheres”, entre 69–88 anos, compreende as situações por elas vividas como “próprias de sua geração”, sem muita possibilidade de mudança e “sem muita luta”. Preocupam-se com a transmissão de valores para seus filhos e a manutenção do vínculo afetivo com o marido. São mulheres que geralmente não tiveram instrução formal, casaram-se cedo, tiveram mais de três filhos e dedicaram-se aos cuidados da casa. Elas tinham como queixa principal a dependência financeira dos maridos e dos filhos.

Já a “geração intermediária”, desse mesmo estudo de Myriam Lins de Barros, de mulheres entre 48–60 anos, foi muito marcada por separações conjugais, por outra vivência da sexualidade, uso de contraceptivos, menor número de filhos, inserção no mercado de trabalho e aquisição de instrução formal. Essa sim é a geração em que Lins de Barros (1987) mais identificou “lutas” e enfrentamentos das próprias mulheres para viverem de outros modos e romperem com padrões conservadores do lugar das mulheres na sociedade brasileira. Elas enfrentaram e experimentaram uma série de mudanças sociais ao longo de suas vidas e redefiniram os espaços das mulheres nos contextos públicos e privados.

Por fim, na “geração mais jovem”, mulheres na casa dos 20–30 anos, Barros (1987) viu a instrução formal, mas a dificuldade de permanência no mercado de trabalho. Notou o retorno da dependência das famílias de origem e a permanência na casa dos pais. Percebeu a acentuada presença de conflitos geracionais, em que pese vigora a dependência financeira. Entre essas mulheres mais jovens, a maternidade foi considerada uma experiência planejada e reflexiva. Nesse grupo, o número de filhos foi menor, mas a dedicação a eles parece ter

sido maior em termos de tempo.

Karina Batthyány, Sol Scavino e Valentina Perrota (2020) realizaram um estudo semelhante no Uruguai, ao refletirem sobre o cuidado infantil e a prática do trabalho remunerado entre três gerações de mulheres de Montevideu. Para isso, consideraram a geração das bisavós (que tiveram filhos pequenos entre 1955–1965); das avós (que tiveram filhos pequenos entre 1975–1990) e a da geração mais jovem (que tiveram filhos entre 2010–2016). Fizeram entrevistas em profundidade a fim de compreender como conjugaram a vida profissional e a maternidade. Entre as primeiras não existiu inserção no mercado profissional, assim como foi observado por Myriam Lins de Barros (1987) no Brasil. As *bisabuelas* se dedicaram à casa, ao casamento e aos filhos, sem muito questionarem o seu lugar. Enquanto que, na segunda geração analisada, na das *abuelas*:

[...] que nacieron entre el 1951 y 1964, se evidencia un salto importante en el vínculo con el trabajo remunerado, que atraviesa de diferentes formas y significaciones a todos los niveles socioeconómicos. La generación de abuelas no tiene una homogeneidad en cuanto a la división sexual del trabajo, las representaciones de género y estereotipos que se observaban en la generación de bisabuelas. Es debido a esto que plantearemos que se trata de una “generación bisagra” en la cual se reproducen patrones de la generación anterior o se abren nuevos patrones que son incluso contrarios a los modos de ser presentados por sus madres (las bisabuelas). En este sentido, se podría considerar que se trata de una generación con unidades generacionales distintas, que responde de manera diferente a los estímulos de las anteriores, así como a las demandas de su propia época (Batthyány; Scavino; Perrota, 2020, p. 14).

Retomamos esses estudos e suas tipologias para demonstrar como a noção de má mãe oscila no tempo e no espaço e do quanto às expectativas sobre a boa mãe, o seu oposto/complementar, são informadas por moralidades social e historicamente diversas, aliadas sobremaneira ao que se entende pelo lugar das mulheres na sociedade. Mas, em seguida, também para refletir sobre a singularidade da geração intermediária. Para Batthyány, Scavino e Perrota (2020), a geração intermediária ou *bisagra* é que mais tende a ser considerada como a das “*madres ausentes*” e a que pode carregar maior culpa por não estar presente na vida dos filhos como antes, já que passam a ocupar drasticamente a esfera pública e o mercado de trabalho. Vemos aqui então a ideia da “mãe ausente” como aquela que é julgada e considerada como tal pela sociedade em que vive. Pelo recorte temporal da pesquisa, vemos muitas semelhanças com os trabalhos realizados no Brasil e também com relação às particularidades dessa geração do meio, *bisagra* ou intermediária, naquela que faz a transição de um modelo de mulher do lar para o modelo da mulher do mundo que quer também matinar — a da geração mais jovem dessas pesquisas.

Ao olharmos para as histórias aqui recuperadas, para as mães de Catarina, Susana, Deise e talvez de Salomé, podemos considerá-las como as mulheres dessas gerações intermediárias ou *bisagras*, aquelas que procuraram romper com as práticas de cuidado e de gênero das gerações de mulheres que lhes antecederam, que abriram novos espaços, mas

que também desviaram e divergiram de modelos de maternidade propostos. Por conta disso, tendo a concordar com Batthyány, Scavino e Perrota (2020) e Barros (1987) quando caracterizaram a geração do meio como a que mais teve que questionar, transgredir e transformar. Sem, com isso, deixar de perceber o desvio e a divergência intrageracionalmente, como pudemos perceber com a mãe de Bernadete, que talvez pudesse ser considerada uma *bisabuela* pela geração, mas que era desviante em suas práticas e comportamentos.

O interessante é que o desvio não pode ser percebido com a anomia e tampouco patologia, como já pontuou Velho (1999), mas como o que dá desenho inclusive ao padrão. São esses referentes que se significam e que, no limite, só existem a partir dessa oposição; que equilibra as classificações sociais, mas também contribui para que elas explodam e se alterem totalmente, abrindo espaço para o diferente. Dessa forma, a mãe desviante só existe a partir da boa mãe ou da mãe padrão, de modo arbitrário, e que assim merece ser relativizada. Enquanto cientistas sociais, interessa-nos mais ampliar a perspectiva e compreender os processos políticos e econômicos que balizam esse debate (Carneiro; Maluf, 2023).

AFINAL, EXISTE A MÃE QUE É MÁ OU MÁ MÃE?

A antropóloga Camila Fernandes (2020) explora os seus achados durante dois anos de pesquisa na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em comunidades periféricas ao redor do debate sobre o cuidado de crianças pequenas. Em contextos tão hostis econômica e socialmente, Fernandes ressalta não ser incomum uma mãe bater, xingar e agredir os filhos. O que comenta é que, para essas mães, essas práticas não figuram violência, ou porque carregam uma dimensão pedagógica, ou porque não lhes resta outra alternativa ou, ainda, porque estão exaustas “de estarem sempre sozinhas” e de “serem elas para tudo”. Essas mães têm raiva, uma emoção a priori pouco usual ao se referir ao universo materno moderno ocidental.

Ocorre que, como bem escreve Fernandes (2018; 2020), recuperando Maria Claudia Coelho e Claudia Barcellos Rezende (2010), a raiva é uma emoção antes de mais nada relacional, que sempre envolve o outro, os outros, tempos e espaços plurais. Por isso, a raiva ali não seria dos filhos. Nem mesmo daquele menino contra o qual a mãe endereça um objeto na cabeça durante uma discussão caseira. Segundo seu argumento, a raiva é do mundo. Ela é social, é coletiva. Uma raiva por sua condição de ter de ser a única responsável por aquele cuidado. E é exatamente esse ponto que me serve aqui, analogamente, como argumento: a mãe desviante só pode ser dada e criada socialmente a partir de um referente. Ela não existe como indivíduo isolado, patológico, abjeto e perigoso. Ela só existe a partir de

padrões modelados por interesses políticos, econômicos e sociais, que estão a todo tempo em constante transformação.

Dessa maneira, a mãe que não chega, que não cuida, que morde, que xinga e que some, conscientemente e por sua escolha, não existe como uma pessoa que é má em si mesma. Ela existe mais como uma “figura que causa”, como diria Camila Fernandes (2018; 2020), mas que só pode causar a partir daquilo que relaciona, que desenha e determina modos de existência tidos como dignos e merecedores de reconhecimento. Como desviantes, as mães aqui lembradas em narrativas filiais, carregam algo de muito valioso: a possibilidade de revisitarmos e estranharmos exatamente esses padrões que conformam vidas, aferindo sua pressão, medindo o seu peso e sua estatura, para questionarmos o quanto e como tais padrões têm operado em corpos generificados e que há muito tempo têm carregado isolada e silenciosamente, quase que exclusivamente, o cuidado e a culpa.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1979.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. **Maternidade: um destino inevitável?** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.
- BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e Afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1987.
- BATTHYÁNY, Karina; SCAVINO, Sol; PERROTTA, Valentina. Cuidados infantiles y trabajo remunerado en tres generaciones de mujeres madres de Montevideo: los recorridos de las desigualdades de género. **Dados**, v. 63, p. e20170162, 2020. <https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.4.224>
- CARNEIRO, Rosamaria; MALUF, Sonia. A mãe carinhosa: uma antropologia da economia-política das emoções. **Atlânticas. Revista Internacional de Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 259–294, 2023. <https://dx.doi.org/10.17979/arief.2023.8.1.8965>
- CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **R@U**, v. 6, n. 2, p. 103–118, 2014.
- COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- DUARTE, Luiz Fernando. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1986.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Geração, fratria e gênero: um estudo de mandato transgeracional e subjetivação diferencial. **Trivium [online]**, v. 3, n. 1, p. 1–19, 2011.
- FERNANDES, Camila. “Mães nervosas”: um ensaio sobre a raiva entre mulheres populares. //: FONSECA, Claudia; MEDAETS, Chantal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (Org.). **Pesquisas sobre família**

e infância no mundo contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 215–231.

FERNANDES, Camila. “Aí eu não aguentei e explodi”: a expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela. **Etnografias Contemporâneas**, v. 6, n. 10, p. 154–178, 2020.

FONSECA, Claudia. Fonseca. Mãe é Uma Só?: Reflexões em Torno de Alguns Casos Brasileiros. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 49–68, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200005>

FONSECA, Claudia. Tecnologias globais de moralidade materna: as interseções entre ciência e política em programas “alternativos” de educação para a primeira infância. //: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabiola; MACHADO, Paula Sandrine (Org.). **Ciências na Vida**: antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo: Terceiro Nome, 2012a. p. 253-275.

FONSECA, Claudia. Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 13–32, 2012b. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100002>

MALUF, Sônia Weidner. **Encontros noturnos**: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. **Horizontes Antropológicos**, v. 5, n. 12, p. 69–82, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000300005>

MILLER, Tania. **Making sense of motherhood**: a narrative approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**, v. 6, n. 1, p. 81–104, 2005.

MEYER, Dagmar; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia P. Noções de família em políticas de “inclusão social” no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 433–449, 2012.

RICH, Adrienne. **Nacemos de Mujer**. Madrid: Editora Catedra, 2006.

VEREA, Cristina Palomar. Malas madres: la construcción social de la maternidad. **Debate feminista**, v. 30, n. 15, v. 30, p. 12–25, 2004.

REGUEIRO, Sabina Amantze. Subversivas: “Malas madres” y familias “desnaturalizadas”. **Cadernos pagu**, n. 44, p. 423-452, 2015.

SALEM, Tania. **O casal grávido**: disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEGATO, Rita Laura. **O Édipo Brasileiro**: a dupla negação de gênero e raça. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1999.

Recebido em 31 de janeiro de 2024.
Aprovado em 16 de maio de 2024.